

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa para apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 1174 | XIII \(PSD\)](#), Disposição interpretativa sobre propina

3.2. Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a aplicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

4. Aprovação do relatório final de petições

4.1. [Petição 616/XIII/4](#) – FENPROF - Federação Nacional dos Professores – “Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce”

- **Subscritores:** 4.065
- Deputado Relator: **Liliana Silva (PSD)**

4.2. [Petição n.º 605/XIII/4.ª](#), de Ricardo Alexandre de Borges Mesquita, Solicita a adoção de medida legislativa com vista a garantir a igualdade entre professores de quadro nos concursos

- **Subscritores:** 1
- Sem Deputado relator

5. Apreciação e votação de parecer de iniciativa legislativa

5.1. [Projeto de Lei 1213/XIII \(PEV\)](#), Materializa o direito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório aos docentes do Ensino Superior Público

- Deputado Relator: **Álvaro Batista (PSD)**

6. Discussão de Projetos de Resolução

- 6.1. [Projeto de Resolução n.º 2159/XIII/4.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o incremento do programa de hortícolas e de frutas e simplificação dos procedimentos no que respeita ao regime escolar
- 6.2. [Projeto de Resolução n.º 2140/XIII \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que lance o processo de construção da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal
- 6.3. [Projeto de Resolução n.º 2019/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Fajões, do concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro
- 6.4. [Projeto de Resolução n.º 2025/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente realização de obras de reabilitação e requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, em Oliveira de Azeméis, alocando a totalidade dos meios financeiros necessários
- 6.5. [Projeto de Resolução n.º 2112/XIII/4.ª \(BE\)](#) - Requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, concelho de Oliveira de Azeméis
- 6.6. [Projeto de Resolução 2188/XIII/4 \(BE\)](#) - Situação dos leitores de língua portuguesa em universidades estrangeiras

7. Redação final relativa ao texto final que resultou das Apreciações Parlamentares n.ºs [67/XIII/3.ª \(BE\)](#) e [68/XIII/3.ª \(BE\)](#) , relativas ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que *Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva*

- Junta-se informação da DAPLEN relativa ao texto final que resultou das Apreciações Parlamentares n.ºs [67/XIII/3.ª \(BE\)](#) e [68/XIII/3.ª \(BE\)](#), bem como o texto com a proposta de redação final do texto final.
- Junta-se documento do Grupo Parlamentar do PS contendo as propostas de redação deste grupo parlamentar (apresentadas oralmente na reunião de 11/06/2019).

8. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República – 10h00

9. Data da próxima reunião

- **2 de julho de 2019?**
 - **3 de julho de 2019 – 9h00 –**
Audição regimental do Ministro da Educação às 10h00
 - **9 de julho de 2019 – 15h00**
 - **16 de julho de 2019 – 14h00**
Reunião com delegação de Deputados do Parlamento de Timor às 14h00
-

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de atas

As atas n.ºs 168, de 02 de maio e 171, de 15 de maio, foram aprovadas por unanimidade, pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

A aprovação da ata n.º 175, de 19 de junho, foi adiada.

3. Comunicações do Presidente

3.3. Baixa para apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 1174 | XIII \(PSD\)](#), Disposição interpretativa sobre propina

O Presidente lembrou que tinha diligenciado junto do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para remeter parecer sobre o Projeto de Lei em causa, tendo aquele indicado que aguarda a informação da Direção Geral do Ensino Superior e informou que o parecer ainda não foi recebido.

3.4. Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a aplicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

A Associação Académica de Coimbra solicitou em maio de 2018 informação sobre o cumprimento do artigo 185.º da Lei n.º 62/2007 (RJIES), que dispõe que “a aplicação da presente lei é objeto de avaliação cinco anos após a sua entrada em vigor”.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior respondeu que a avaliação devia ser feita em 2012 e pela informação de que têm conhecimento não foi feita. Acrescentou que no ano de 2016-2017 foi promovida uma avaliação detalhada ao sistema de ensino superior nacional através da OCDE, tendo o resultado sido apresentado publicamente em fevereiro de 2018, e juntou as conclusões do respetivo relatório e um documento com as perspetivas para 2030. Verifica-se que a avaliação da OCDE incide sobre a educação superior, investigação e inovação e não especificamente sobre a Lei n.º 62/2007.

Nesta sequência, a Comissão deliberou pedir um parecer ao Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a aplicação da Lei, para ser levado em conta na posterior avaliação política a realizar pela Comissão.

O CNE fez a audição das entidades do setor, reuniu com vários especialistas, teve em conta os seus pareceres anteriores e estudos vários sobre a matéria e no parecer agora remetido faz uma apreciação na generalidade da lei, identifica 5 áreas que devem merecer particular atenção e recomenda que se proceda de imediato à avaliação da aplicação do RJES.

O Deputado Porfírio Silva (PS) congratulou-se com o facto de a Comissão ter pedido parecer ao CNE, entendendo que o mesmo é um elemento muito importante para a reflexão sobre a temática e será publicitado na página daquela entidade, sendo acessível publicamente.

O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu o envio do parecer à Associação Académica.

3.5. Recomendações no âmbito do Programa Parlamento dos Jovens – edição de 2018/2019

Tendo sido distribuídas as Recomendações, com a proposta de se fazer o debate das mesmas, nos mesmos termos do ano passado, o Presidente indicou que seria agendada a respetiva discussão para uma próxima reunião da Comissão.

3.6. Convite do Programa Operacional Capital Humano

O Presidente deu conta de um convite para integrar o júri do Concurso “Prémios Capital Humano”, tendo o Deputado Porfírio Silva (PS) manifestado reticências em relação à adequação de um membro do Parlamento participar no júri.

4. Aprovação do relatório final de petições

4.3. [Petição 616/XIII/4](#) – FENPROF - Federação Nacional dos Professores – “Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce”

- **Subscritores:** 4.065
- Deputado Relator: **Liliana Silva (PSD)**

Adiado.

4.4. [Petição n.º 605/XIII/4.ª](#), de Ricardo Alexandre de Borges Mesquita, Solicita a adoção de medida legislativa com vista a garantir a igualdade entre professores de quadro nos concursos

O relatório final da petição, que tem um subscritor, foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. Apreciação e votação de parecer de iniciativa legislativa

5.1. [Projeto de Lei 1213/XIII \(PEV\)](#), Materializa o direito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório aos docentes do Ensino Superior Público

- Deputado Relator: **Álvaro Batista (PSD)**

Adiado.

6. Discussão de Projetos de Resolução

6.1. [Projeto de Resolução n.º 2159/XIII/4.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o incremento do programa de hortícolas e de frutas e simplificação dos procedimentos no que respeita ao regime escolar

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo Deputado João Dias (PCP), tendo participado também na discussão os Deputados Ilda Araújo Novo (CDS-PP), Pedro Pimpão (PSD), Porfírio Silva (PS) e Joana Mortágua (BE).

A informação da discussão e a respetiva gravação estão disponíveis no Projeto de Resolução.

6.2. [Projeto de Resolução n.º 2140/XIII \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que lance o processo de construção da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal

Adiado a pedido do PSD.

6.3. [Projeto de Resolução n.º 2019/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Fajões, do concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro

Adiado a pedido do PS.

6.4. [Projeto de Resolução n.º 2025/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente realização de obras de reabilitação e requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, em Oliveira de Azeméis, alocando a totalidade dos meios financeiros necessários

Adiado a pedido do PS.

6.5. [Projeto de Resolução n.º 2112/XIII/4.ª \(BE\)](#) - Requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, concelho de Oliveira de Azeméis

Adiado a pedido do PS.

6.6. [Projeto de Resolução 2188/XIII/4 \(BE\)](#) - Situação dos leitores de língua portuguesa em universidades estrangeiras

Adiado a pedido do PCP.

7. Redação final relativa ao texto final que resultou das Apreciações Parlamentares n.ºs [67/XIII/3.ª \(BE\)](#) e [68/XIII/3.ª \(BE\)](#) , relativas ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que *Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva*

A redação final foi aprovada sem votos contra, pelos Deputados presentes do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

8. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República – 10h00

O Presidente deu início à audição, dando as boas vindas ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, e ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira.

Na 1.ª ronda, o Deputado Porfírio Silva (PS) fez referência ao emprego científico, ao alargamento do acesso ao ensino superior, ao balanço da avaliação das unidades de investigação, pedindo mais dados sobre esta, e às medidas adotadas no âmbito do alojamento para os alunos do ensino superior, tendo solicitado informação sobre o que se pode esperar para setembro.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior enfatizou a recuperação na atual legislatura do nível de investimento na ciência, com aumento da participação privada, realçando que há mais investigadores a tempo integral e no setor privado, mais emprego qualificado, Portugal tem um ambiente amigável para a ciência e a visão que o mundo tem do país nesse âmbito é hoje diferente.

A Deputada Margarida Mano (PSD) referiu o subfinanciamento crónico do ensino superior, o agravamento da situação das instituições de ensino com os contratos de legislatura, o facto de as mesmas não terem recebido as verbas devidas pelo congelamento das propinas, a divisão entre o ensino superior e a ciência e a existência de poucas regularizações no âmbito do emprego científico.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior contrapôs que aumentaram as dotações das instituições de ensino, o contrato de legislatura deu estabilidade ao sistema, evitando cativações

e foi um sucesso, houve um aumento do financiamento, incluindo da ciência e há atualmente um regime legal ao nível do melhor no âmbito europeu.

O Deputado Luís Monteiro (BE) questionou os resultados da avaliação dos centros de investigação, tendo perguntado por que razão alguns tiveram boa classificação e vão ter cortes no financiamento.

O Ministro defendeu que não vai haver cortes no financiamento, mas um processo com mais transparência, tendo concretizado o respetivo regime.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) fez um balanço da legislatura elencando 10 medidas que foram anunciadas, mas não concretizadas nos termos do anúncio. Colocou algumas questões concretas em relação ao retrocesso quanto ao corte de vagas para cursos do ensino superior, designadamente se não seria mais avisado proceder a uma revisão da oferta da rede antes de medidas ad-hoc como imposição sobre vagas.

O Ministro contrapôs que a oferta de vagas tem de ser revista todos os anos e enfatizou o aumento do número de vagas para os cursos com procura pelos bons alunos e a diminuição para os restantes. Informou ainda que o Decreto-Lei de execução orçamental estimula o emprego científico.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) questionou a precarização do trabalho científico, a carência de contratação e o falhanço da aplicação do PREVPAP, programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, nesta área.

O Ministro considerou que a ciência é complexa e social e o conhecimento é um bem público e essencial para o desenvolvimento da sociedade. Mencionou depois o envelhecimento da liderança das equipas de ciência e a necessidade de jovens, tendo enfatizado a posição dos politécnicos.

Na 2.ª ronda, a Deputada Ana Passos (PS) pediu uma avaliação da implementação dos laboratórios colaborativos e perguntou ao Ministro como perspectiva a sociedade portuguesa até 2030, tendo presentes as competências digitais.

O Ministro prestou informação sobre vários laboratórios colaborativos, nomeadamente o das culturas de montanha e o de Braga e falou do aumento da capacidade de computação e a da participação e emprego na área digital.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu críticas dos *stakeholders* em relação a várias áreas da ciência e ensino superior, as poucas regularizações com o PREVPAP, o facto de ainda haver quase 2.000 alunos que não têm decisão em relação ao seu pedido de bolsa de estudo e perguntou qual a hipótese de haver um aumento do valor das bolsas.

O Ministro indicou o número de processos regularizados com o PREVPAP e referiu que espera que o processo seja concluído até ao final da legislatura. Concretizou depois o aumento do n.º

de bolsas e da ação social e defendeu que os dados do emprego científico mostram o seu sucesso.

O Deputado Luís Monteiro (BE) pediu várias informações sobre o observatório do mar, em termos de pessoal, patentes e preservação do ambiente. Questionou ainda a aplicação da norma transitória aos docentes de várias instituições.

O Ministro prestou informações sobre a natureza e funcionamento do observatório e considerou as questões laborais críticas.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) questionou por que razão ainda há contratos de investigadores não celebrados em relação ao concurso individual de 2017, mencionou que está a ser concluída em 2019 a avaliação das unidades de investigação que se previa concluir em 2017, pediu informação sobre o facto de ter desaparecido a avaliação das publicações feitas pelos investigadores e pediu a avaliação da transferência para o setor produtivo.

O Ministro transmitiu informação constante do observatório do emprego científico.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu indicação do compromisso em relação aos leitores nas universidades e informação sobre o provedor do bolseiro de investigação e a aplicação do DL57 aos bolseiros a exercerem funções em fundos públicos.

O Ministro informou que o provedor do bolseiro já foi nomeado, os contratos dos bolseiros estão concluídos na sua maioria e a proposta em relação aos leitores já foi apresentada aos sindicatos e estão agora a ser analisadas as respetivas propostas.

O Secretário de Estado prestou informação sobre as medidas que estão em curso em relação à disponibilização de mais alojamento para os alunos do ensino superior.

Na 1.ª parte da 3.ª ronda, a Deputada Susana Amador (PS) salientou que o PS tem investido na valorização dos territórios de baixa densidade e na coesão territorial e pediu informações sobre a aplicação do Programa +Superior, a valorização dos politécnicos, a internacionalização dos alunos, a igualdade do género no ensino superior e o aumento do número de vagas no horário pós-laboral.

A Deputada Germana Rocha (PSD) referiu que se mantém o problema do alojamento para alunos deslocados e perguntou quantas camas estarão disponíveis em setembro.

O Deputado Luís Monteiro (BE) indicou que foi criado um regime especial para as repúblicas de estudantes em Coimbra, mas continuam a ter de pagar imposto municipal sobre imóveis e referiu que o curso de Direito da Universidade Nova vai ser deslocado para Carcavelos, tendo questionado se estão acautelados alojamentos para os alunos. Realçou depois a importância dos direitos dos trabalhadores e do emprego com direitos e considerou que é necessário melhorar esse aspeto.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) mencionou o relatório “Portugal na EU-2018”, no qual é referido que, ao longo de 2018 se verificou “um ligeiro aumento do número de mobilidades no ensino superior”, quer em projetos de mobilidade ERASMUS quer em períodos de mobilidade internacional. Referiu que o programa ERASMUS ainda é considerado, em alguns contextos, como um programa elitista, verificando-se desigualdades de possibilidade e oportunidade de acesso, apesar da participação crescente do número de alunos. Face à proposta de regulamento que estabelece o futuro programa ERASMUS para 2021/2027, no qual é referido que “a nova proposta visa a criação de mais oportunidades de mobilidade ... bem como promover a inclusão social, a criatividade e a inovação”, questionou sobre as expectativas de fortalecimento do ERASMUS, nomeadamente no que concerne à criação de mais oportunidades e com mais equidade no acesso ao programa.

O Deputado João Oliveira (PCP) pediu informação sobre o reforço de verbas para a Universidade de Évora, para compensar aumentos resultantes de integração de pessoal, congelamento do valor das propinas, progressões salariais, agregações, etc, que totalizam 1.819.000€ e perguntou se o Governo garante esse valor e qual o calendário para o seu pagamento.

O Ministro mencionou que tem sido desenvolvida uma política de coesão territorial a nível do conhecimento, tendo indicado como estratégias, a título exemplificativo, a valorização do ensino politécnico e a implementação dos laboratórios colaborativos. Referiu ainda o aumento das bolsas no +Superior, o alargamento da mobilidade e o aumento dos alunos estrangeiros em Portugal. Indicou também os relatórios trimestrais da execução orçamental de todas as instituições de ensino e a evolução positiva e defendeu que se regista um clima de tranquilidade nas transferências, que serão feitas em articulação com o Ministério das Finanças.

O Secretário de Estado concretizou as camas disponíveis para alojamento de alunos e as várias medidas em curso nesse âmbito e indicou ainda o aumento em 40% do complemento de alojamento. A nível de internacionalização, salientou o trabalho com as comunidades de emigrantes e o aumento do número de estrangeiros a estudarem em Portugal, tendo referido a aprovação de uma Portaria para facilitação dos vistos, aludido ao aumento de vagas no interior e realçado a afirmação do ensino superior nacional no estrangeiro.

Na 2.ª parte da 3.ª ronda, a Deputada Liliana Silva (PSD) perguntou quantas vagas mais vão ser disponibilizadas em setembro de 2019 para os alunos do ensino superior que frequentam as instituições no distrito de Viana do Castelo e questionou a impossibilidade de aumentar em mais de 3% as despesas com pessoal.

A Deputada Elza Pais (PS) enfatizou o processo de avaliação das unidades de investigação de forma transparente e conforme com as práticas internacionais, realçou a importância dos laboratórios associados, perguntou se o aumento em I&D é atingível até 2030 e questionou as novas formas de financiamento.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) questionou os critérios para 400 bolsas de pós-doutoramento e referiu que as “repúblicas” garantem alojamento a alunos do ensino superior a preços acessíveis, tendo questionado se o Governo tem o mapeamento da situação.

O Deputado Álvaro Batista (PSD) referiu que o Governo apregoa o amor ao interior mas a prática não é consentânea, tendo referido a título de exemplo que o financiamento do Politécnico de Castelo Branco e da Universidade do Interior tem vindo a diminuir.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que com este Governo há uma sociedade mais coesa e justa e a política de desenvolvimento é feita com respeito pela autonomia das instituições.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) considerou que há muitas políticas anunciadas e poucas concretizadas.

O Secretário de Estado informou que em relação à disponibilização de camas no distrito de Viana do Castelo, o Governo está em negociações para utilizar pousadas da juventude e se reconstruirm as residências existentes. Informou depois que o Instituto Politécnico de Castelo Branco tem tido reforços financeiros ao longo dos anos e tem formações dispersas, estando em análise um processo de reestruturação, para afirmação do Politécnico como uma unidade de oportunidades.

O Ministro enfatizou o alargamento da base social do ensino superior para 6 em cada 10 jovens, a diversificação e especialização das universidades e politécnicos, a formação de curta duração, a crescente internacionalização das instituições, o facto de em 2018 ter havido maior participação europeia (por exemplo com o programa Horizonte), a diversificação das fontes de financiamento, o aumento do financiamento público e privado e o acréscimo de emprego qualificado.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

9. Data da próxima reunião

- **3 de julho de 2019** – 9h00 –
- 10h00 - Audição regimental do Ministro da Educação
- **9 de julho de 2019** – 15h00
- **16 de julho de 2019** – 14h00
14h00 - Reunião com delegação de Deputados do Parlamento de Timor-Leste

A reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de junho de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Nilza de Sena
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Ana Passos
Diana Ferreira
Elza Pais
Helga Correia
João Dias
João Oliveira
Liliana Silva
Margarida Balseiro Lopes
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves
Maria Manuel Leitão Marques
Maria Manuela Tender
Pedro Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista

